

Na implementação do Acordo de Paz

Países observadores preocupados com atrasos

A.1.4

17/5/93... e advertem que os recursos da comunidade internacional são limitados e esgotáveis

Os representantes dos países observadores do processo de paz moçambicano na Comissão de Supervisão e Controlo (CSC) expressaram ontem, em Maputo, a sua preocupação pelos atrasos que se verificam na implementação dos entendimentos de Roma, ao mesmo tempo que advertiram as partes sobre o facto de os recursos da comunidade internacional serem limitados e esgotáveis. A preocupação vem expressa numa declaração ontem apresentada no decurso dos trabalhos daquele órgão criado à luz do Acordo Geral de Paz, assinado pelo Governo e pela Renamo, em Outubro do ano passado.

No seu documento, os países observadores, nomeadamente a Organização de Unidade Africana, França, Alemanha, Itália, Portugal, Grã-Bretanha e os Estados Unidos da América, chamam a atenção para o facto de o recente acordo alcançado entre Israel e a Organização de Libertação da Palestina (OLP) constituir um dos últimos exemplos de muitas exigências sobre os recursos da comunidade internacional.

Acrescentam que se os compromissos da comunidade internacional, incluindo nas áreas de reconstrução económica e social, são para serem mantidos, deve haver progressos contínuos, visíveis e concretos.

Para o caso concreto da implementação dos entendimentos de Roma, os países observadores do processo de paz moçambicano consideram como áreas prioritárias para o efeito o acantonamento, desmobilização e a formação do exército nacional único e partidário, condição essencial para o

cumprimento do calendário das eleições gerais no país.

Depois de referirem que o Conselho de Segurança das Nações Unidas também manifestou preocupação pela falta de progressos na multipartidária, os países observadores expressaram na sua declaração a esperança de que a conferência vai prosseguir os seus trabalhos construtivamente e sem nenhuma restrição. Eles referiram, igualmente, que com boa vontade ainda é tecnicamente possível que as eleições gerais tenham lugar dentro do tempo previsto pelas Nações Unidas.

Na ocasião, os países observadores do processo de paz moçambicano apelaram ao Governo e à Renamo para aprovarem o calendário revisto para a implementação do Acordo Geral de Paz e prosseguir, sem mais atrasos, a implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

«Nós gostaríamos de chamar a atenção às partes para o facto de que o Conselho de Segurança vai considerar a extensão do mandato da ONU MOZ dentro das próximas seis semanas e a necessidade para os progressos antes dessa altura é óbvia e urgente» — lê-se na declaração daqueles países, que expressam igualmente o seu total apoio ao processo de pacificação no país.

Aliás, no mesmo documento, os países observadores, incluindo a Organização de Unidade Africana, referem que a paz em Moçambique é primeiro e principalmente da responsabilidade dos moçambicanos, acrescentando que «nós podemos apenas cumprir a nossa parte se vocês cumprirem a vossa».